



Número: **8041312-28.2025.8.05.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **Quinta Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. José Cícero Landin Neto**

Última distribuição : **21/07/2025**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Processo referência: **8000471-05.2025.8.05.0254**

Assuntos: **Edital**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
JAMSE GESTAO E TECNOLOGIA LTDA (AGRAVANTE)	
	VALTER ADRIANO FERNANDES CARRETAS (ADVOGADO) GABRIEL TADEU SANSON (ADVOGADO)
MUNICIPIO DE TANQUE NOVO (AGRAVADO)	
THAYS MORAIS MEIRA OLIVEIRA (PREGOEIRA) (AGRAVADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
86832 633	23/07/2025 19:49	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Quinta Câmara Cível

Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 8041312-28.2025.8.05.0000
Órgão Julgador: Quinta Câmara Cível
AGRAVANTE: JAMSE GESTAO E TECNOLOGIA LTDA
Advogado(s): VALTER ADRIANO FERNANDES CARRETAS (OAB:PR25735), GABRIEL TADEU SANSON (OAB:PR99472)
AGRAVADO: MUNICIPIO DE TANQUE NOVO e outros
Advogado(s):

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por JAMSE GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA em face de decisão interlocutória (ID. 506871178) proferida pelo Juízo da 1ª Vara dos Feitos de Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Tanque Novo, nos autos do processo de número 8000471-05.2025.8.05.0254, no sentido de indeferir o pedido de liminar no mandado de segurança que objetivava a suspensão dos efeitos da decisão administrativa que inabilitou a ora agravante do Pregão Eletrônico nº 015/2025, promovido pelo Município de Tanque Novo/BA.

Em suas razões recursais (ID. 86620478), o agravante defende a necessidade de reforma da decisão vergastada para que seja concedido o efeito suspensivo ao agravo e, ao final, provido o recurso para determinar a habilitação da empresa no certame licitatório.

A agravante alega que foi inabilitada com base em interpretação restritiva do item 7.19.15 do edital, que exige apresentação de atestados de contratos executados com características semelhantes ao objeto licitado. Sustenta que o edital não exige integralidade da execução, nem prazo mínimo de cumprimento, tampouco impõe percentual mínimo de execução como condição de validade do atestado. Argumenta que a decisão agravada considerou legítima a interpretação feita pela Administração com base em suposta discricionariedade técnica, afastando, em cognição sumária, a plausibilidade do direito invocado.

Aduz que participou do processo licitatório conduzido pela Pregoeira Thays Moraes Meira Oliveira, visando a contratação de serviços especializados de sistema de gerenciamento eletrônico e controle de manutenções preventivas e corretivas, serviço de guincho, fornecimento de óleo, lubrificantes, pneus, peças e demais insumos necessários à manutenção de veículos e maquinários pertencentes à frota municipal. Sustenta que durante o procedimento, em decorrência de recursos administrativos apresentados pelas concorrentes BC Gestão de Serviços Ltda, Maxifrota Serviços de Manutenção de Frota Ltda e Neo Consultoria e Administração de



Benefícios Ltda, foi inabilitada pela pregoeira sob a alegação de que os atestados apresentados para comprovar sua capacidade técnico-operacional não eram suficientes.

Argumenta que os atestados apresentados foram emitidos por entidades distintas, como o Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul (COREN-RS) e a Prefeitura de Pirapora/MG, atestando a execução contratual em andamento, o que não era vedado pelo edital, desde que demonstrada a compatibilidade com o objeto licitatório. Alega que a pregoeira desconsiderou tais atestados, acolhendo os recursos apresentados pelas empresas concorrentes, fundamentando-se na suposta insuficiência dos atestados devido ao tempo em que foram emitidos.

Sustenta que tal argumento foi baseado em uma instrução normativa aplicável a alguns órgãos federais, mas que não possui força de lei, destacando que o edital não especificava tempo ou quantidade mínima necessária em atestados, sendo a decisão da pregoeira vista como uma alteração das regras do edital, o que é expressamente vedado. Invoca a jurisprudência do Tribunal de Contas da União estabelecendo que a conclusão do contrato não é obrigatória para a emissão do atestado, salvo previsão expressa no edital.

Alega que não foram apresentados elementos objetivos ou diligências que evidenciassem qualquer falsidade nos documentos apresentados, argumentando que a ausência de menção ao sistema informatizado com cartão magnético no atestado não invalida o documento, desde que o objeto contratado e executado seja compatível com o objeto da licitação. Refuta as alegações de suspeita de relação entre a empresa e a emitente do atestado (EZCO), baseadas em endereço eletrônico e geolocalização, sustentando que não constituem vício insanável e não foram acompanhadas de provas robustas que justifiquem a desconsideração dos atestados apresentados.

Defende que a exigência editalícia quanto à qualificação técnica, conforme o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, foi cumprida, sustentando que o edital exigia a apresentação de, no mínimo, um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica pública ou privada, compatível com o objeto da licitação. Argumenta que a decisão da pregoeira baseou-se em interpretação restritiva dos atestados apresentados, o que não encontra respaldo no edital ou na legislação aplicável.

Sustenta a validade dos atestados apresentados e a comprovação da qualificação técnica, argumentando que os atestados de contratos que ultrapassam o valor de 4 milhões de reais, referentes ao gerenciamento de manutenção de um total de 208 veículos, quantidade substancialmente maior que a exigida no edital, são totalmente compatíveis com o objeto e quantitativo licitado pelo município. Alega que não há previsão editalícia sobre tempo ou quantidade mínima de atestados, sustentando que a decisão da pregoeira baseou-se em critérios não previstos no edital, como a exigência de que os atestados fossem emitidos após um ano de serviços, violando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Requer a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, reputando presentes os seus requisitos.

Por fim, pede que seja dado provimento ao agravo nos seguintes termos: "Que o presente recurso seja recebido, conhecido e provido, bem como desde já, atribuído imediato efeito suspensivo à decisão agravada BEM COMO CONCEDIDA A TUTELA RECURSAL PARA DETERMINAÇÃO IMEDIATA DA PARTICIPAÇÃO DA AGRAVANTE NO CERTAME pelas razões apresentadas anteriormente, diante do fato de risco de irreversibilidade dos efeitos



da decisão, bem como ser passível de causar lesão permanente. Ao final, que seja dado PROVIMENTO ao presente recurso, para que seja reformada a medida liminar deferida parcialmente considerando a ausência de comprovação, por parte do AGRAVANTE, do *fumus boni iuris e periculum in mora*, bem como o mandado de segurança se pautar em mera expectativa de direito e não direito líquido e certo, e por fim considerando o *periculum in mora* inverso ante o já andamento do contrato com a administração pública."

Passo a decidir.

O Ordenamento Jurídico autoriza o Magistrado a adotar as providências necessárias para alcançar com mais facilidade e eficiência o resultado prático almejado, ex vi, art. 5º, do Decreto-lei 4.657/42, que afirma que: *"na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum"*.

Ao Juiz está, pois, reservada a grande responsabilidade de adequar o direito, quando a sua eficácia apresentar sintomas de inadaptabilidade em relação à realidade fático-social e aos valores positivos, mantendo-o vivo. *"Não se trata, porém, de destacar o melhor sentido entre os sentidos legais possíveis, mas sim de optar sob o prisma da utilidade social e da justiça pelo que há de prevalecer na aplicação da lei"* (DINIZ, Maria Helena. *Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada*, Ed. Saraiva, 7ª Edição, 2001, pp. 173/174). Ou seja, *"a melhor interpretação da lei é a que se preocupa com a solução mais justa, não podendo o seu aplicador esquecer que o rigorismo na exegese dos textos legais pode levar a injustiças"* (STF, *Ciências Jurídicas*, 42:58).

A controvérsia cinge-se à interpretação do item 7.19.15 do edital do Pregão Eletrônico nº 015/2025, que estabelece que os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com características semelhantes ao objeto licitado.

Da análise detida do edital, verifica-se que não há qualquer exigência expressa quanto a prazo mínimo de execução dos contratos que originaram os atestados, percentual mínimo de cumprimento contratual, conclusão integral dos contratos para validade dos atestados ou período específico de prestação de serviços.

A decisão administrativa que inabilitou a agravante se fundamentou em interpretação extensiva do dispositivo editalício, exigindo execução por período prolongado e desconsiderando atestados que demonstrassem execução parcial dos contratos, ainda que em andamento. Tal interpretação viola frontalmente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, consagrado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e no art. 18, II, da mesma lei, segundo o qual tanto a Administração quanto os licitantes ficam adstritos aos termos do edital, sendo vedada a introdução de exigências não previstas expressamente no instrumento convocatório.

O princípio da vinculação ao edital constitui um dos pilares fundamentais do regime jurídico das licitações públicas, estabelecendo que o edital é a lei interna da licitação, vinculando tanto a Administração quanto os licitantes aos seus termos. Tal princípio visa garantir a isonomia entre os participantes e a transparência do procedimento licitatório, impedindo que a Administração altere as regras após a publicação do instrumento convocatório.

A jurisprudência é pacífica no sentido de que a Administração não pode criar, no curso do procedimento licitatório, exigências não previstas no edital, sob pena de violação dos princípios



da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia.

Neste sentido:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXIGÊNCIA NÃO PREVISTA NO EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. O edital de licitação vincula a administração pública e os licitantes aos seus termos. 2. Hipótese em que a empresa foi inabilitada, após recurso administrativo, ao fundamento de que parte do serviço importaria prévia realização de atividades de atribuição de engenheiro, sem que tais atividades estivessem previstas no instrumento convocatório do certame. 3. Possuindo o profissional técnico da empresa conhecimento que está dentro dos parâmetros objetivamente estabelecidos no edital de licitação, não há razão para a inabilitação desta (empresa) em relação a esse quesito. 4. Recurso ordinário provido. Concessão da ordem. (RMS n. 69.281/CE, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 12/9/2023, DJe de 19/10/2023.)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. APLICAÇÃO DE PENALIDADE PREVISTA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DA PENALIDADE E ALTERAÇÃO DE REGRAS DO EDITAL APÓS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VENCEDORA. IMPOSSIBILIDADE. DEVER DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. No presente agravo interno, a parte agravante reitera a tese de negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal de origem. Ocorre que o Tribunal de origem analisou a integralidade da demanda. Destaca-se que a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC, pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional. 2. Na hipótese dos autos, o Tribunal local expressamente consignou que o ato administrativo questionado não se mostrou contaminado de ilegalidade a permitir controle judicial, bem como que não se pode alterar as regras previstas no edital após a contratação da empresa vencedora, sob risco de ofensa aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e da vinculação ao instrumento convocatório, que visa assegurar oportunidade igual a todos interessados. 3. "Na salvaguarda do procedimento licitatório, exsurge o princípio da vinculação, previsto no art. 41, da Lei 8.666/90, que tem como escopo vedar à administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame". (AgRg no AREsp n. 458.436/RS, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 27/3/2014, DJe de 2/4/2014.) 4. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp: 2362270 SP 2023/0153740-9, Relator.: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 29/04/2024, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/05/2024).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. OCORRÊNCIA. NÃO INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, a administração pública e os candidatos estão vinculados ao edital, em observância ao princípio da legalidade. Precedentes



. 2. Na hipótese, o substrato fático-probatório está bem delineado na sentença e no acórdão proferidos na origem, motivo pelo qual se afastou a incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ. 3. Agravo interno desprovido. (STJ - AgInt no AgInt no REsp: 2077875 RN 2023/0189847-2, Relator.: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 19/08/2024, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/08/2024).

Assim, evidencia-se que a conclusão do contrato não é obrigatória para a emissão de atestado de capacidade técnica, salvo previsão expressa no edital, o que não é o caso em tela.

Os atestados apresentados pela agravante demonstram contrato com a Prefeitura de Pirapora/MG no valor de R\$ 4.151.245,27 para gestão de 192 veículos e contrato com COREN-RS no valor de R\$ 42.955,06 para gestão de 16 veículos, totalizando 208 veículos sob gestão, quantidade substancialmente superior aos 101 veículos da frota municipal objeto da licitação.

Os valores contratuais são superiores ao estimado no certame, demonstrando experiência em contratos de maior vulto, havendo evidente compatibilidade técnica com o objeto licitado, qual seja, gerenciamento eletrônico de manutenção de frota.

De acordo com a doutrina especializada do Doutor Joel de Menezes Niebuhr, *"a Lei nº 8.666/93, pelo menos no que tange à habilitação jurídica, não exige que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificadamente à atividade correspondente ao objeto da licitação"* (Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Editora Zênite, 2008. p. 222). Corroborando tal entendimento, a Mestra Maria Sylvia Zanella Di Pietro destaca que *"o princípio da igualdade constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que esta visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar"*, e que *"o dispositivo deixa claro que o procedimento da licitação somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações"* (Direito Administrativo. 35ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2023. p. 414).

Demonstrado o perigo na demora, diante do risco de dano grave e de difícil reparação, manifestado pelo fato de que o certame licitatório prossegue em seu curso normal, podendo resultar na adjudicação do objeto a outro licitante antes do julgamento definitivo do presente recurso.

A exclusão indevida da agravante do certame representa lesão ao direito constitucional de participar de licitações públicas, prejuízo financeiro irreparável considerando a perda da oportunidade de contratação, violação aos princípios da competitividade e isonomia nas licitações públicas e risco de consolidação de situação jurídica irreversível com a eventual homologação do certame.

O interesse público também recomenda a concessão da medida, uma vez que a participação de maior número de licitantes qualificados amplia a competitividade e pode resultar em proposta mais vantajosa para a Administração.

Não se vislumbra prejuízo significativo ao agravado com a concessão da medida, uma vez que a participação da agravante não impede a continuidade do certame, a decisão definitiva do mérito será proferida em momento posterior, o interesse público na ampla competitividade é prevalente e eventual prejuízo ao agravado pode ser reparado posteriormente.



Ante o exposto, *defiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento*, determinando, de logo, a suspensão dos efeitos da decisão agravada, para o fim específico de *assegurar à agravante JAMSE GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA o direito de participar das demais etapas do Pregão Eletrônico nº 015/2025, promovido pelo Município de Tanque Novo/BA*.

Oficie-se, com urgência, ao Município de Tanque Novo/BA e à Pregoeira Thays Moraes Meira Oliveira, comunicando-se a presente decisão para imediato cumprimento.

Intime-se o agravado para, querendo, apresentar as contrarrazões, no prazo de 15 dias.

Comunique-se ao juízo *a quo* o teor da presente decisão.

Após, encaminhem-se estes autos à douta Procuradoria de Justiça.

Publique-se para efeito de intimação.

Salvador, 23 de julho de 2025.

DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

RELATOR

